

POR QUE UM SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR? LIÇÕES SOBRE AS MALVINAS

NILSON AUGUSTUS GONÇALVES DE SOUZA
Capitão de Corveta

Neste ano se completam 28 anos do conflito naval mais recente ocorrido no Atlântico Sul. As causas que levaram dois países de realidades distintas à guerra já foram por muitas vezes abordadas e, por isso mesmo, são conhecidas ao longo deste tempo. Porém ensinamentos valiosos e ainda atuais podem ser retirados deste exemplo, pois alguns aspectos se assemelham aos dos momentos que vivemos e mesmo aos dos vindouros.

No dia 5 de setembro de 2008, foi ativada a Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (Cogesn). Grande marco para a nossa Marinha, coroa o trabalho conduzido há 30 anos do Programa Nuclear, cuja meta era dominar o ciclo deste combustível e cons-

truir o protótipo do reator para um submarino. Pouquíssimos países no mundo são habilitados a construir seus próprios submarinos, e mais reduzido é o número daqueles que os fazem movidos a propulsão nuclear. China, Estados Unidos da América (EUA), França, Rússia e Inglaterra são os atores deste seletíssimo grupo. O *Nautilus* foi o primeiro. Lançado ao mar em 1954 pelos americanos, em 17 de janeiro de 1955, em sua primeira viagem, transmitiu a mensagem histórica: “*Underway on nuclear power*”.* Foi descomissionado em 3 de março de 1980. O planejamento dá conta que nosso “*Nautilus*” será lançado em 12 anos.

Mas a resposta à pergunta do título demanda um caminho até certo ponto extenso para que possa ser melhor compreendido.

* N.R.: Navegando com propulsão nuclear.



O Submarino *Nautilus* ficou na ativa por 25 anos

Dados indicam que 90% do comércio mundial utiliza-se do mar. No caso brasileiro, essa participação chega a cerca de 95%. Com toda a costa exclusivamente voltada para o Atlântico, sendo que majoritariamente para o sul desse oceano, é de se registrar quanta preocupação a Marinha tem em defendê-lo.

A proposta encaminhada à Organização das Nações Unidas (ONU) para que tenhamos reconhecido nosso pleito para a delimitação da nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e, conseqüentemente, reconhecidos todos os direitos que sobre ela nos reservam diz respeito a uma área de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale à metade do nosso tamanho terrestre, e que foi muito bem denominada Amazônia Azul.

Tema recorrente nos últimos anos, o Pré-Sal, dentre outras coisas, se apresenta como uma reserva de petróleo de dimensões ainda desconhecidas, mas já a mais significativa das últimas décadas. Também nos coloca no cenário internacional como possível exportador desse importantíssimo insumo energético e reforçou internamente em nossa sociedade, de maneira bastante positiva, o papel para que nós, brasileiros, tenhamos o direito de explorá-lo, mas

também o dever de negar tal ensejo a quem não nos interesse.

O submarino é uma arma de guerra excepcional. Sua capacidade de ocultação, somada à problemática detecção submarina, o torna um verdadeiro predador que se aproveita do melhor momento para atacar usando como camuflagem o meio em que se desloca. Adicione-se a tudo isso uma autonomia virtualmente ilimitada, obviamente restrita pela *endurance* dos seus tripulantes, com tal velocidade que o permite atacar nos 360° qualquer força no mar e, assim, teremos à nossa disposição o poder dissuasório de nos impor conforme nossos interesses, porém respaldados por nossa vocação pacifista e favorável sempre à resolução de contenciosos pelas vias diplomáticas.

Com relação ao balanço de forças entre os envolvidos no conflito das Malvinas, nota-se ser extremamente desfavorável para os argentinos, mas o foco desta análise é o correto uso pelos ingleses das suas forças navais, com destaque para os seus submarinos de propulsão nuclear.

O inventário da Força de Submarinos inglesa contava com quatro submarinos nucleares da classe *Resolution* lançadores de mísseis balísticos (Polaris); seis submarinos nucleares da classe *Swiftsure*, dois

da classe *Valiant* e três da classe *Churchill*; 13 submarinos convencionais (de patrulha) da classe *Oberon* e mais dois da classe *Porpoise*, totalizando 30, entre nucleares e convencionais. Participaram das operações nas Malvinas os submarinos HMS *Conqueror* e HMS *Courageous* (classe *Churchill*), HMS *Spartan* e HMS *Splendid* (classe *Swiftsure*) e HMS *Valiant* (classe de mesmo nome), todos de propulsão nuclear, além do HMS *Onyx* (classe *Oberon*), único convencional inglês na região.

Já o inventário da Força de Submarinos argentina era bem mais modesto: somente quatro submarinos convencionais, sendo que dois de idade bastante avançada, de quase 40 anos – os ARA *Santa Fé* (S-21) e *Santiago Del Estero* (S-22), ambos da classe *Guppy*, comissionados em 1951 e comprados aos americanos em 1971, e mais dois tipo 1200, ARA *Salta* (S-31) e ARA *San Luis* (S-32), construídos em Kiel e comissionados em 1974. Havia ainda um contrato em andamento na Alemanha para aquisição de mais seis novos submarinos tipo 1700, dos quais somente dois foram comissionados, os ARA *Santa Cruz* (S41) e ARA *San Juan* (S42), em 1984/85.

Os classe *Guppy*, por razões óbvias, operavam sob terríveis restrições. O ARA *Santa Fé* participou do início das hostilidades, transportando um grupamento de mergulhadores de combate que desembarcou em *Port Stanley* e a tomou nas primeiras horas do dia 2 de abril. Era o início da Operação Rosário. A primeira-ministra britânica Margareth Thatcher declarou imediatamente que as Ilhas seriam retomadas e, para isso, anunciou a formação de uma força-tarefa. Foi o início da operação denominada Corporate. O Conselho de Segurança da ONU emitiu a Resolução Nº 502, que determinava o cessar das hostilidades e a retirada imediata das forças argentinas e clamava ambos governos às vias diplomáticas se-

gundo a Carta das Nações Unidas. Sem dúvida, uma vitória política inglesa.

Fragilizado por inúmeras avarias que se sucederam a partir do desembarque nas Ilhas, o ARA *Santa Fé* regressou para o Arsenal Naval de Mar Del Plata e, após um breve período de reparos emergenciais, suspendeu, no dia 16 de abril, rumo às Ilhas Geórgias do Sul. Apesar dos trabalhos no arsenal, seu comandante viu-se na difícil situação de ter que fazer a navegação na superfície devido a dificuldades em recarregar as baterias, além de ter discutíveis condições de lançar seus torpedos eficazmente. No dia 25 de abril, o S-21, na superfície, foi atingido por bombas de profundidade lançadas por uma aeronave da Fragata HMS *Antrim* e, em sequência, por metralhadoras de aeronaves *Lynx* e por míssil de um helicóptero *Wasp*. A breve e previsível participação do ARA *Santa Fé* se encerrou.



O ARA *Santa Fé* após sofrer os engajamentos. Podem ser vistos os buracos na sua vela

O ARA *Salta* encontrava-se em manutenção, sem data para término. O ARA *San Luis*, cujo comandante fora surpreendido pelas notícias das ações desencadeadas no dia 2 de abril, encontrava-se em situação duvidosa de adestramento, com tripulação nova, e de aprestamento apenas razoável, pois eram ne-

cessários serviços de docagem para limpeza de incrustações e outros reparos que foram cumpridos em Puerto Belgrano, em regime de urgência. Somente a partir do dia 11 de abril pôde-se contar com o S-32, que, apesar dos reparos efetuados, apresentava sensível restrição no sistema de direção de tiro (SDT), avariado logo ao suspender, fato que permitia o lançamento dos torpedos apenas de forma manual e colocava grande variável de incerteza em qualquer engajamento a ser realizado. Segundo relatos do seu comandante, foram feitos dois lançamentos com torpedos antinavio SST-4 (que teriam sido contra o HMS *Invencible*) e um antissubmarino, MK-37, malsucedidos, em 40 dias de patrulha. O S-32 retornou, no dia 19 de maio, a Puerto Belgrano, a fim de efetuar reparos no SDT de modo a regressar ao combate, porém o acordo de cessar-fogo firmado em 14 de julho não o permitiu. O ARA *Santiago Del Estero* foi enviado e camuflado em Baía Blanca para que os ingleses não soubessem de sua indisponibilidade.

O afundamento, em 3 de maio, do Cruzador ARA *General Belgrano* pelo Submarino Nuclear HMS *Conqueror*, por dois torpedos MK 8, após 27 horas de acompanhamento e cuja decisão partiu diretamente da chefe do Governo inglês, gerou consequências marcantes no conflito:

- deu credibilidade ao bloqueio (Zona de Exclusão de 200 milhas de raio em torno das Falklands) que impuseram a partir de 12 de abril; e
- tornou patente a determinação pela retomada das Ilhas.

As Ilhas Malvinas ficam a cerca de 400 milhas da costa leste argentina. Suas águas caracterizam-se por grande quantidade de vida marinha, inclusive baleias, camadas térmicas não bem definidas e fundo muito irregular, fatores que, combinados, representam um cenário difícil para os operadores sonar na Guerra Antissubmarino (GAS).

A incapacidade dos argentinos em reparar, ou mesmo minimamente operar, o *Santa*



Fé, bem como o SDT do *San Luis*, impediu que a ameaça que eles poderiam representar fosse de fato aproveitada. O grande temor inglês quanto aos submarinos argentinos não foi concretizado. Apesar da provável primeira avaliação de que os poucos meios submarinos argentinos não atingiram grau de avaliação nos combates, deve-se lembrar que os armamentos antissubmarinos dos escoltas ingleses quase foram levados ao esgotamento e que suas aeronaves ASW foram as que mais horas de voo tiveram durante toda a guerra.

A Argentina estava em pleno momento de reaparelhamento, que propunha dispor o país de meios mais modernos, tendo sido contratadas várias encomendas ao exterior. Além disso, navios argentinos pouco antes haviam sofrido avaliação pelos próprios ingleses. Melhores informações não poderiam ter sido fornecidas ao adversário. O material de guerra utilizado pela Argentina era, em grande maioria, do exterior. Seus principais fornecedores eram:

EUA, França, Alemanha, Áustria, Israel e a própria Inglaterra. Os aviões *Skyhawk*, *Mirage* e *Super Etandard*; os helicópteros *Lynx* e *Puma*; os submarinos *IKL* e *Guppy*; os sistemas de mísseis *Shafir*, *Roland*, *Sea Dart* e *Exocet*; as fragatas tipo 42 e *Meko*, bem como praticamente todos os itens do arsenal argentino, tiveram seu fluxo de apoio logístico abruptamente cortado por suas origens.

Já os ingleses puderam contar com os seus sistemas de armas desenvolvidos em suas próprias indústrias; com apoio efetivo dos seus aliados da Organização do

Tratado do Atlântico Norte (Otan), como a ajuda quase irrestrita americana que permitiu o uso da Base da Ilha da Ascensão com informações por satélites das Ilhas e das bases argentinas; e com mísseis ar-ar AIM-9L *Sidewinder*. Os franceses colocaram à sua disposição caças *Super Etandard* e *Mirage III* para auxiliar o desenvolvimento, pelos pilotos da Royal Air Force (RAF), de táticas de combate mais eficazes das suas aeronaves *Harrier* e *Sea Harrier*.

Porém, de todos os ensinamentos que podemos extrair, o maior foi quanto à presunção de que os ingleses, por estarem num momento de redução de meios navais, para se adequarem às ações conduzidas

pela Otan, não responderiam como sempre foi marcante na sua história. Pensaram os argentinos com as intenções do inimigo e não com suas possibilidades. O poder marítimo inglês demonstrado nessa ocasião foi exemplar, tendo a sua parcela militar, o Poder Naval, mostrado grande flexibilidade. As forças navais

inglesas suspenderam de suas bases apenas 72 horas após a invasão, para 8.000 milhas de travessia. As modificações efetuadas nos navios mobilizados da Marinha Mercante em estaleiros britânicos nos primeiros momentos que se seguiram à invasão, para que pudessem operar com aeronaves e realizar reabastecimentos no mar, são dignas do registro histórico.

Os ingleses decretaram bloqueio naval no dia 7, a vigorar a partir do dia 12 de abril, respaldado pela arma submarina, principalmente após o afundamento do *General Belgrano*, o que resultou na contenção das

O Conflito das Malvinas evidenciou que o avanço da sofisticação tecnológica impõe um nível cada vez mais alto de profissionalização dos militares que operarão tais equipamentos

forças navais argentinas em suas bases e, conseqüentemente, no apoio logístico às tropas estacionadas nas Ilhas. Restaram-lhes uma débil ponte aérea valendo-se do aeroporto situado em Port Stanley. Num conflito eminentemente marítimo, a capacidade de se utilizar o mar, ou negá-lo, permanece como verdade absoluta e que não pode ser relegada a plano secundário.

Muitas outras conclusões podem ser elencadas, mas vou limitar-me às que julgo serem cruciais para o nosso momento. Este conflito evidenciou que o avanço da sofisticação tecnológica impõe um nível cada vez mais alto de profissionalização dos militares que operarão tais equipamentos. O submarino nuclear se reveste de um emaranhado de recursos tecnológicos que levarão, inicialmente, seus construtores e, posteriormente, seus operadores a um sem-fim de tarefas preparatórias e de adestramento. Torná-lo tão silencioso quanto possível, dotado de torpedos antinavio e antissubmarino (e por que não de mísseis antissuperfície?), requererá eficiente e plenamente nacional sistema de combate, de

forma que a necessidade do engajamento se processará com a acurácia esperada e devida; e com recursos de comunicações por satélite, uma vez que a comunicação por HF vai expô-lo de forma desnecessária e com imenso prejuízo à sua maior qualidade. Isso tudo partindo da premissa que 100% de seus sobressalentes serão facilmente obtíveis no mercado nacional, de modo que não venhamos a sofrer com interrupções intempestivas dos fabricantes em momentos delicados. Isso exigirá que se incluam como parte da própria arma a sua estrutura de apoio, instalações de manutenção, pessoal qualificado, suprimentos e documentação técnica. Demanda também que se faça frequente o emprego das armas para verificação, pois a constatação da deficiência no momento do combate é, normalmente, tardia. E sem esquecer de uma adequada base de submarinos nucleares, com as devidas facilidades que este mosaico de fainas requer, como ser concentrada num local próprio e imune a interferências estranhas de qualquer natureza.

“Lembrai-vos da guerra”.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS>; Guerra das Malvinas; Submarino nuclear;

BIBLIOGRAFIA

- DUARTE, Paulo de Oliveira (Gen.). *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. 372p.
- FALKLANDS War. Disponível em: <<http://www.falklandswar.org.uk/chron.htm>>. Acesso: 26 abril 2009.
- _____. Disponível em: <<http://www.falklandswar.org.uk/ships.htm>>. Acesso: 26 abril 2009.
- _____. Disponível em: <<http://www.falklands.info/history/resolution502.html>>. Acesso: 26 abril 2009.
- _____. Disponível em: <<http://www.royalnavy.mod.uk/history/battles/falklands-conflict/>>. Acesso: 26 abril 2009.
- MINISTÉRIO DA MARINHA. Escola de Guerra Naval. *Simpósio* (1982). As grandes lições da Guerra das Malvinas. [S.l.:s.n], 1982. 101p.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira (V Alte). *Conflito no Atlântico Sul*. [S.l.:s.n, s.d] 136-[137]p.